

# Balanços e seus símbolos



» MARGARETH DALCOLMO  
Membro titular da Academia  
Nacional de Medicina

Vamos nos aproximando do fim de um ano pivotal em nossas vidas, quando protagonizamos algumas conquistas na ciência, virtualmente úteis ao coletivo, ao mesmo tempo em que testemunhamos tragédias ambientais esperadas, guerras absurdas e acirramento de crônicas desigualdades, todos cenários que levam seres humanos ao desafio de sobreviver, cada qual em seu limite. Esse balanço, entretanto, não nos paralisa, pelo contrário, nos estimula a entrar encorajados no ano que chega, marcados pela defesa da vida.

Neste recuo histórico de cinco anos, após a declaração da pandemia da covid-19, quando nos é permitido analisar, mais do que o impacto em nossas vidas, as consequências sociais, as descobertas, as decepções, as cicatrizes, e o excesso de luto resultante no Brasil. E de par com tudo, a solidariedade de nova qualidade que, contrariando nossa parca tradição em doar, se observou no setor privado brasileiro, em diversas fontes, contribuindo para viabilizar projetos em diferentes regiões do país e assistir a um muito maior número de pessoas por meio de diferentes medidas, desde hospitais e ações estratégicas capitaneadas por redes de saúde. Iniciativas como o Todos

pela Saúde, que tanto auxiliou, e que evoluiu para o instituto do mesmo nome, e que hoje presta serviços de grande relevância, são exemplares e deveriam servir de inspiração para muitas outras.

Se fomos desafiados ao extremo, profissionais da saúde, infraestrutura de serviços, públicos e privados, otimização de insumos, o fato é que pouco tivemos tempo para perplexidades e, de pronto, canalizamos nossos melhores esforços, desde a busca incessante de respostas sobre a origem, história natural, patogenia, comportamento, até possíveis tratamentos para a nova doença. Agências regulatórias e comitês de ética trabalharam em regime de urgência com o cuidado de, diante da premência e da magnitude da tragédia, minimizar o improvisado e medidas sem a necessária sustentação científica para aplicação *in anima nobile*. Ficava logo claro que diante de uma virose aguda de transmissão respiratória a descoberta de vacinas seria a solução para conter as mortes e hospitalizações.

Com essa observação, registro o tanto de inadmissível que se sucedeu, e permanece, em diversos campos de nossa cultura, como consequência, com discussões absurdas a nos fazer gastar tempo e energia para desconstruir, desde conceitos anticência tirados de frouxas convicções religiosas, a permitir surgir e prosperar no país movimentos antivacinas que jamais haviam sequer existido, associados a equívocos que comprometeram, inclusive, nosso parlamento atual. Quando este se permite em tantos momentos, defender o indefensável, em exemplos que se somam, desde as emendas parlamentares, cujo objetivo nada tem a ver com o bem comum, até conceitos de vida

que pouco têm a ver com a dignidade humana.

O Brasil deu um exemplo para o mundo com a educação antitabágica que reduziu de 40% para pouco mais de 10% da população fumante, em 30 anos, e aplicando altos impostos sobre cigarros. Se pensarmos como hoje se pode propalar a mudança, por exemplo, de nossa regulamentação vigente quando os dispositivos eletrônicos de fumar, os chamados vapes, sobejamente provados como muito nocivos à saúde humana, inclusive baseando argumentos em cálculos de obtenção de impostos, forçosamente temos que demonstrar o óbvio: além de acima de qualquer preceito ético, isto é, auferir ganhos sobre a vida de crianças e jovens, a matemática está equivocada, uma vez que os gastos em saúde superariam em dezenas de vezes qualquer montante de impostos obtidos.

Entramos, assim, o novo ano, com a perspectiva de novas epidemias, quiçá pandemia de novos vírus e a premente necessidade de nos preparar em todos os sentidos, em contingência e políticas, sob o manto de nossa velha, mas obstinada esperança de brasileiros.

Pelo denso conjunto de informações e de desafios que se gerou nesse lustro, que efetivamente abriu o século 21, permito-me citar a máxima do pensamento gramsciano de que “o pessimismo da inteligência não deve abalar o otimismo da vontade”. Dor e derrota não precisam ser paralisantes, ao contrário. Em nós, que temos o privilégio de olhar o outro, cuidar, e descobrir uma nova capacidade de se solidarizar, tudo serve para nos encorajar e iluminar, como uma permanente epifania. Feliz ano-novo!

## Por um pacto nacional pelo equilíbrio fiscal



» RICARDO ALBAN  
Presidente da Confederação  
Nacional da Indústria (CNI)

Até meados de 2024, a economia superou as expectativas, com forte crescimento do PIB, apesar da contração do agro. Havia motivos para comemorar: inflação sob controle; a nova política industrial dando resultados e a indústria puxando o crescimento e a criação de empregos; aumento da arrecadação; anúncios de investimentos; aprovação da reforma tributária.

Em agosto, uma chave virou e o Brasil caminha para o fim do ano com um cenário preocupante de incerteza econômica em 2025. Preocupam o setor produtivo, o caminho rumo à racionalidade dos gastos públicos, a trajetória de alta da taxa de juros e a escalada do dólar. São gatilhos para agravar o desequilíbrio fiscal e comprometer o desempenho dos setores que mais contribuem para o crescimento. As consequências serão sentidas pela parcela da sociedade que mais precisa de desenvolvimento social.

A despeito de fragilidades fiscais, o nervosismo do mercado financeiro e as decisões do Banco Central de subir a Selic não podem comprometer o rumo da economia. Mesmo porque o déficit de 2024, estimado em 0,18% do PIB para fins de avaliação da meta fiscal, não é motivo para tanta mudança de expectativas, pois deve ficar dentro da banda inferior de tolerância para o resultado primário. A tendência e a expectativa da evolução do déficit devem motivar ações imediatas, com a convergência de todos os atores públicos e econômicos.

Em 2025, as contas públicas apontam para um déficit de R\$ 42 bilhões — descontados os pagamentos dos precatórios —, equivalente a 0,4% do PIB, apontando para um déficit fora da banda de tolerância de 0,25% do PIB. O cumprimento da meta é exequível, mas depende de um contingenciamento, que é viável, do orçamento. Mas a inquietude e as expectativas negativas do mercado financeiro podem comprometer qualquer projeção.

As medidas de redução de gastos propostas pelo governo e aprovadas pelo Congresso, ainda que com desidratação, estimadas em R\$ 70 bilhões até 2026, contribuem para a sustentabilidade do novo arcabouço e melhoram a sintonia entre as políticas fiscal e monetária. Elas freiam o impulso fiscal sobre a atividade econômica, movimento iniciado no segundo semestre de 2024 que deve seguir no próximo ano, favorecendo o controle da inflação. Mais uma vez, a convergência entre os atores econômicos e políticos é imprescindível para direcionar o país rumo ao crescimento sustentado.

Diante desse cenário, o patamar da taxa de juros, em 12,25%, e, pior ainda, a expectativa de novas altas em 2025 são desastrosas para o setor produtivo e asfixiam a economia. Cada ponto percentual de elevação na Selic representa um custo fiscal de R\$ 50 bilhões por ano.

Se as previsões se confirmarem e a Selic crescer em 3 pontos percentuais entre 2024 e 2025, o custo galopa para R\$ 150 bilhões ao ano. Um golpe certo para anular a economia prevista com o pacote e afugentar o investimento de quem produz, cria empregos e renda e está comprometido em desenvolver o Brasil.

Hoje, a especulação recai sobre o déficit primário. Amanhã, sobre o déficit nominal, comprometendo qualquer chance de equilíbrio fiscal. Temos de ser preventivos. As políticas fiscal e monetária precisam ser de Estado.

Entre 2012 a 2021, o crescimento médio do PIB foi de 0,5%. Dobrar o PIB nesse ritmo levaria 150 anos. No último triênio, o Brasil teve um crescimento médio de 3%, nos colocando entre as 6 economias que mais cresceram no G20. O resultado reflete o desempenho da indústria de transformação, que recebeu condições mais adequadas para um novo impulso de desenvolvimento, com a Nova Indústria Brasil. Quando a indústria vai bem, transborda os resultados para os demais setores econômicos. Ganha o país inteiro.

Sim, sozinho, o ajuste é insuficiente, mas vai na direção correta, de racionalidade e equilíbrio nas contas públicas. Ainda assim, a reação do mercado financeiro foi de desconfiança e nervosismo.

O crescimento econômico de 2025 já ficou comprometido com a política monetária contractionista e o movimento exagerado do câmbio. Ainda assim, podemos ter um certo crescimento da indústria e do agronegócio. Urge que o Brasil tenha melhor coordenação macroeconômica para permitir o desenvolvimento dos setores produtivos. O que vai viabilizar tudo isso é um movimento de convergência, um espírito de nação por um pacto nacional, envolvendo todos os Poderes, em esferas federal e subnacional, pelo equilíbrio fiscal. A indústria e, tenho certeza, todo o setor produtivo e a classe laboral estarão engajados nesse compromisso.



## Goiás Social: redução da pobreza e inclusão produtiva



» GRACINHA CAIADO  
Primeira-dama de Goiás e  
coordenadora do Goiás Social

Superação da pobreza não é uma utopia, é, sim, um compromisso real, firmado em ações concretas e planejadas. É sob essa máxima que, na gestão de Ronaldo Caiado, o estado de Goiás protagoniza uma transformação histórica que combina políticas sociais eficazes e o fortalecimento do mercado de trabalho, com a criação de oportunidades que mudam vidas. Os números de levantamentos e pesquisas nacionais confirmam esse cenário.

Entre os anos de 2018 e 2023, Goiás reduziu a pobreza em 57,2%, um avanço quase três vezes maior do que o registrado no restante do Brasil. Na prática, isso significa que mais de 238 mil pessoas foram retiradas da situação de pobreza em Goiás. Esses resultados são fruto de um trabalho integrado que se transformou na mais bem avaliada política de combate à pobreza do país, segundo pesquisa AtlasIntel divulgada em agosto deste ano.

O Goiás Social, programa o qual eu tenho o orgulho de coordenar, coleciona ações que apoiam os goianos com renda extra e benefícios sociais. É o caso dos programas Mães de Goiás, Bolsa Estudo, Goiás por Elas, Dignidade, Aluguel Social, Goiás Alerta e Solidário, Natal do Bem,

Aquecendo Vidas, Meninas de Luz e tantas outras iniciativas. Todas elas com foco e tempo determinado, destinadas àquelas famílias que mais precisam da mão estendida do Estado.

Paralelo a esse trabalho, o governo de Goiás acredita que o acesso ao emprego é o caminho necessário para a mitigação da pobreza. De forma perene. Por isso, a solução encontrada por Goiás vai além da transferência de renda direta. Uma política social 3.0, que prioriza a inclusão produtiva como ferramenta para romper o ciclo da pobreza.

Essa visão norteia o Goiás Social, que coordena, ainda, ações intersetoriais voltadas para a capacitação profissional, o crédito para microempreendedores e o apoio às famílias mais vulneráveis. Programas como Aprendiz do Futuro, voltado à socioaprendizagem; Crédito Social, com apoio a empreendedores em situação de vulnerabilidade; os Colégios Tecnológicos de Goiás (Cotec), com oferta de cursos alinhados às demandas locais e bolsa de qualificação; e o Mais Crédito, com a disponibilização de crédito a microempreendedores são provas vivas desse trabalho, que colhe resultados dia após dia.

A nota técnica *Uma Breve Análise Sobre a Política Social em Goiás*, divulgada recentemente pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), mostra que 53% da redução da pobreza em Goiás, entre o período de 2019 a 2023, se deu de forma estrutural. Ou seja, via inserção no mercado de trabalho.

Para se ter uma ideia, de acordo com o documento, no ano de 2018, apenas 847 goianos

cadastrados no CadÚnico haviam conseguido uma vaga no mercado formal. Em 2022, por sua vez, o número saltou para 28.253 contratações, um crescimento de mais de 33 vezes. No período analisado, o acumulado chega a 47.669 pessoas em situação de vulnerabilidade inseridas no mercado de trabalho, mesmo diante da maior crise sanitária da história, a pandemia de covid-19.

São números que apontam para um case de sucesso, no qual a superação da pobreza ocorre pela integração entre a política social e o mercado de trabalho. Mais que resultados estatísticos, esses números simbolizam famílias inteiras que passaram a ter acesso à dignidade e à independência.

Vale destacar que o sucesso na área social é também reflexo de uma mudança sistêmica em toda estrutura de governo. Hoje, Goiás é referência em segurança pública e transparência, número 1 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e líder em tecnologia e inovação. Um cenário favorável que coloca o Estado no centro do desenvolvimento socioeconômico do país, atraindo investimentos, promovendo inclusão social e garantindo oportunidades para todos os goianos.

O salto de 2019 a 2024 não é apenas uma conquista de gestão, mas um legado de cidadania, fruto de políticas públicas eficazes com foco em resultados reais. Seguiremos firmes nesse caminho, com o compromisso de não deixar nenhum goiano para trás. Vamos juntos construir um Goiás onde todos tenham oportunidades e onde a pobreza seja, cada vez mais, uma página virada na nossa história.